

## MILITARISMO NO ESPORTE: O CASO PAAR E O DESPORTO MILITAR NO BRASIL

Militarism in Sports: The PAAR Case and Military Sports in Brazil

Militarismo en el deporte: el caso PAAR y el deporte militar en Brasil

Jonas de Oliveira

Doutorando

San Tiago Dantas

Relações Internacionais

São Paulo, Brasil

[jonas.oliveira@unesp.br](mailto:jonas.oliveira@unesp.br)

<https://orcid.org/0009-0003-4948-0527> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

### RESUMO

O artigo analisa o Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) como uma política pública que articula esporte e Forças Armadas no Brasil, destacando seu papel na disseminação de valores militaristas na sociedade. Criado em 2008, no contexto da chamada “era dos megaeventos esportivos” (2007–2016), o PAAR vinculou atletas civis de alto rendimento às Forças Armadas como militares temporários, com o objetivo inicial de melhorar o desempenho brasileiro nos Jogos Mundiais Militares, mas posteriormente expandiu-se para os ciclos olímpicos seguintes. A partir de análise de legislações, portarias, documentos oficiais, imagens e literatura das áreas de Relações Internacionais, o trabalho discute as raízes histórico-institucionais que conectam esporte e militarismo no Brasil, bem como o funcionamento e os desdobramentos do Programa. Argumenta-se que, embora o PAAR tenha contribuído para o desempenho esportivo nacional e para a manutenção da carreira de atletas — especialmente em modalidades com menor visibilidade midiática —, ele também reforça a naturalização de simbologias e valores militares no cotidiano esportivo, ampliando a presença e a influência das Forças Armadas para além da estrutura estrita de Defesa. Conclui-se que o PAAR deve ser compreendido não apenas como uma iniciativa de fomento ao esporte de alto rendimento, mas também como um instrumento de projeção institucional e de ressignificação do militarismo no âmbito da cultura esportiva brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Forças Armadas. Militarismo. Esporte. PAAR. Esporte Militar.

### ABSTRACT

This article analyzes the High-Performance Athletes Incorporation Program (PAAR) as a public policy that articulates sport and the Armed Forces in Brazil, highlighting its role in the dissemination of militaristic values within society. Created in 2008, in the context of the so-called “era of mega sporting events” (2007–2016), the PAAR linked high-performance civilian athletes to the Armed Forces as temporary military personnel, with the initial objective of improving Brazil’s performance at the Military World Games, but later expanded to subsequent Olympic cycles. Based on the analysis of legislation, ordinances, official documents, images, and literature from the field of International Relations, the study discusses the historical-institutional roots that connect sport and militarism in Brazil, as well as the functioning and developments of the Program. It is argued that, although the PAAR has contributed to national sporting performance and to the maintenance of athletes’ careers—especially in sports with lower media visibility—it also reinforces the naturalization of military symbolism and values in everyday sporting contexts, expanding the presence and influence of the Armed Forces beyond the strict structure of Defense. The article concludes that the PAAR should be understood not only as an initiative to promote high-performance sport, but also as an instrument of institutional projection and of the re-signification of militarism within Brazilian sports culture.

**KEYWORDS:** Armed Forces; Militarism; Sports; PAAR; Military Sports.

## RESUMEN

Este artículo analiza el Programa de Incorporación de Atletas de Alto Rendimiento (PAAR) como política pública que vincula el deporte con las Fuerzas Armadas en Brasil, destacando su papel en la difusión de valores militaristas en la sociedad. Creado en 2008, en el contexto de la llamada "era de los megaeventos deportivos" (2007-2016), el PAAR vinculó a atletas civiles de alto rendimiento con las Fuerzas Armadas como personal militar temporal, con el objetivo inicial de mejorar el rendimiento brasileño en los Juegos Militares Mundiales, pero posteriormente se extendió a los ciclos olímpicos posteriores. A partir del análisis de legislación, ordenanzas, documentos oficiales, imágenes y literatura del ámbito de las Relaciones Internacionales, el trabajo analiza las raíces históricas e institucionales que conectan el deporte con el militarismo en Brasil, así como el funcionamiento y desarrollo del Programa. Se argumenta que, si bien el PAAR (Programa de Promoción del Deporte de Alto Rendimiento) ha contribuido al rendimiento deportivo nacional y al mantenimiento de las carreras de los atletas, especialmente en deportes con menor visibilidad mediática, también refuerza la naturalización de los símbolos y valores militares en el deporte cotidiano, expandiendo la presencia e influencia de las Fuerzas Armadas más allá de la estricta estructura de Defensa. Se concluye que el PAAR debe entenderse no solo como una iniciativa para promover el deporte de alto rendimiento, sino también como un instrumento de proyección institucional y reinterpretación del militarismo en la cultura deportiva brasileña.

**PALABRAS CLAVE:** Fuerzas Armadas. Militarismo. Deporte. PAAR. Deporte Militar.

## 1 INTRODUÇÃO

Na madrugada de 03 de agosto de 2021, nas Olimpíadas de Tóquio, o atleta brasileiro, Alison dos Santos ("Piu"), entrou para o panteão do atletismo nacional ao cruzar a linha de chegada na terceira colocação, na prova mais rápida da história dos 400 metros com barreira e conquistar a medalha de bronze. Entretanto, além da realização esportiva, o atleta chamou atenção na cerimônia de premiação ao prestar continência, um gesto notoriamente militar, momentos depois de receber a medalha (Figura 1).

Nas horas que sucederam a premiação, inúmeros veículos de comunicação e a opinião pública abordaram o gesto de "Piu" e procuraram compreender as razões para aquela iniciativa. Em meio a um governo que se destacava pela alta representatividade de militares em postos-chave do Executivo e a polarização política que marcava o país, prestar continência, foi considerado por alguns uma atitude política ou de apoio ao então presidente e capitão reformado do Exército, Jair Bolsonaro (Cesarini, 2021). No entanto, a maioria dos meios de comunicação, à época, apontaram o vínculo do atleta com as Forças Armadas (Cesarini, 2021; Marques, 2021; Tuvuca, 2021).

Figura 1 – Alison no pódio dos 400m com barreiras, nos Jogos Olímpicos de Tóquio.



Fonte: Reuters/Aleksandra Szmigiel.

Alison dos Santos e outros 91 atletas brasileiros, na ocasião das Olimpíadas de Tóquio, integravam o Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) e detinham patente de terceiro sargento técnico, cabo ou soldado temporário de uma das Forças Armadas (a depender da modalidade). O gesto da continência, não obrigatório, é considerado uma saudação militar tida como “sinal de respeito dado pelo militar individualmente a seus camaradas, superiores, iguais ou subordinados – às autoridades, à bandeira ou ao hino nacional, à tropa (...) ou dado coletivamente pela tropa nas mesmas condições” (Vieira de Mello, 1919, p. 1). Na ocasião, o gesto prestado por alguns atletas ao final das competições ou em premiações visava demonstrar o vínculo com as Forças Armadas.

Nossa pesquisa se insere em um conjunto de estudos de Relações Internacionais que procuram inserir o esporte como objeto de pesquisa, na medida que, este se enquadra como fenômeno cultural complexo e de grande importância para a sociedade contemporânea, capaz de anunciar e denunciar inúmeras manifestações latentes nos diversos grupos sociais (Rubio, 2002). Ademais, como meio de “fabricação de consensos”, o esporte é utilizado como ferramenta de prestígio interno e externo por Estados Nacionais, como meio de afirmar ambições no cenário internacional e veículo de propaganda de ideologias nacionais (Varejão, 2011). Mais especificamente, a simbiose crescente entre militarismo e demonstrações esportivas escamoteia dinâmicas mais complexas no interior dos Estados Nacionais e pode revelar aspectos da transformação do sistema internacional.

Em nossa concepção, esse tipo de relação merece maior escrutínio público e acadêmico, até pelo seu potencial de ressonância em diversos segmentos da sociedade.

No presente artigo, discutiremos a origem do PAAR e a sua relação com o contexto de realização de megaeventos esportivos no Brasil, entre 2007 e 2016, e as razões para a continuidade e expansão do Programa nos anos subsequentes. Em seguida, faremos uma análise das raízes histórico-institucionais que vinculam o esporte às Forças Armadas, assim como, elementos que explicam a dinâmica de funcionamento da iniciativa e seus desdobramentos em seu período de vigência, até o presente momento. Por fim, destacaremos de que forma o PAAR pode ser lido à luz de crescentes demonstrações de militarismo por meio de práticas esportivas no Brasil e no mundo, além de apontarmos eixos de análise para pesquisas vindouras.

## **2 A ERA DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E AS ORIGENS DO PAAR**

A origem do Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) remonta o período entendido por nós como a “era dos megaeventos esportivos” no Brasil, situada entre 2007 e 2016, já que, nesse período o país sediou alguns dos principais eventos mundiais, como os XV Jogos Pan-Americanos (2007), III Jogos Parapan-Americanos (2007), V Jogos Mundiais Militares (2011), Copa das Confederações de Futebol (2013), Copa do Mundo de Futebol (2014), XXXI Jogos Olímpicos de Verão (2016) e XV Jogos Paralímpicos (2016) e ingressou na lista de nações que integram grandes movimentos esportivos internacionais (Melo; Drumond, 2017).

Vinculada à Política Nacional do Esporte, de 2005, a estratégia do Estado brasileiro era inserir o país na rota dos principais eventos esportivos do mundo (Oliver, 2012). Sob a lente das relações internacionais, na medida que, as competições atraíam atenções do mundo inteiro, poderiam contribuir com a imagem externa do Brasil e potencializar a atração turística internacional. Além disso, no contexto em que tais realizações foram atribuídas ao Brasil pelos organismos internacionais responsáveis, buscava-se solidificar a imagem de um país em crescimento, que aspirava uma posição de liderança regional e entre países emergentes, com vistas a alcançar um padrão desenvolvido em poucas décadas (Oliver, 2012).

Nesse sentido, em meio a este cenário de busca por projeção internacional a partir da realização de eventos esportivos, também foram elaboradas políticas públicas voltadas

para a melhora do desempenho esportivo brasileiro nas competições. Nosso intuito é destacar uma destas iniciativas implementadas à época, resultado de uma parceria entre Ministério do Esporte e Ministério da Defesa em conjunto com as Forças Armadas.

O PAAR foi lançado em 2008, durante o processo de organização pelo Brasil dos V Jogos Mundiais Militares (JMM), no Rio de Janeiro, um dos grandes eventos realizados na cidade durante o período. Tal iniciativa, apresentada com o intuito inicial de melhorar o desempenho brasileiro na competição militar, posteriormente, integrou a agenda de política externa desenvolvida para o período e ganhou grande visibilidade midiática com os resultados obtidos nos ciclos esportivos subsequentes.

Os Jogos Mundiais Militares são organizados pelo Conselho Internacional de Esportes Militares (CISM), instituição criada em 1948 por Bélgica, Dinamarca, França, Luxemburgo e Holanda. Apesar de inicialmente composta apenas por países europeus, desde sua origem se propunha uma organização global. Reeditando princípios do pós-Primeira Guerra Mundial que já reuniram centenas de soldados em arenas esportivas, em vez de campos de batalha, o CISM foi incorporando novos países ao longo do período da Guerra Fria, à despeito do não envolvimento de Estados que compunham o Pacto de Varsóvia. No entanto, com a queda do Muro de Berlim, foi dado um novo impulso à organização com a adesão de mais de 30 países e o reconhecimento por instituições internacionais como o Comitê Olímpico Internacional (CISM History, s.d.).

Com mais de uma centena de países-membros, um calendário esportivo anual, mundial, continental e regional, o CISM<sup>1</sup> se tornou uma das maiores instituições esportivas do mundo e os Jogos Mundiais Militares uma das competições que reúne o maior número de países e competidores do globo.

Os primeiros Jogos Mundiais Militares realizaram-se no quinquagésimo aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial (1995) em Roma e reuniram mais de 4000 “atletas-militares” de 93 países. O evento, ao reforçar o vínculo entre esporte e Forças Armadas, estimula o desenvolvimento da prática esportiva entre militares de todas as partes do mundo e ajuda a promover a paz, segundo o CISM. Na ocasião, o Papa João Paulo II, que presidiu a abertura das competições na Itália, destacou que o evento constituía um novo modo de diálogo entre os militares do mundo inteiro e criava uma cultura de paz (Vasconcellos, 2011).

---

<sup>1</sup> O Brasil se filiou ao Conselho Internacional de Esportes Militares em 1954, ainda nos primeiros anos de existência da organização.



Desde então, Europa, Ásia e América do Sul (Figura 2) já sediaram os Jogos Mundiais Militares, evento quadrienal realizado sempre no ano anterior aos Jogos Olímpicos de Verão. Desde 2010, realizam-se também, os Jogos Mundiais Militares de Inverno.

Figura 2 – Logotipo oficial dos Jogos Mundiais Militares de 2011 e 2019.



Fonte: CISM.

O desempenho esportivo dos militares brasileiros nas quatro primeiras edições dos jogos esteve aquém do esperado, alcançando como melhor marca a décima quinta posição nos JMM realizados em Catânia, também na Itália, em 2003, com a conquista de apenas 6 medalhas, sendo uma de ouro e cinco de prata (Guirra, 2014).

No contexto de promoção do Estado brasileiro por meio da realização de megaeventos esportivos, como apontado anteriormente, forjaram-se estratégias políticas para melhorar o desempenho esportivo brasileiro nas competições internacionais, inclusive, nos Jogos Mundiais Militares, já que o país estava na iminência de sediar o evento.

Com base em estudos que levaram em conta iniciativas esportivas de alto rendimento de outros países, como Alemanha, França e Itália (Lippert, 2013), a parceria interministerial entre Ministério da Defesa e Ministério do Esporte transformou uma legislação já existente, relativa à incorporação de militares temporários às Forças Armadas, para permitir o vínculo de atletas de alto rendimento ao corpo de militares nacionais. Dessa forma, o PAAR passou a conceder patente de terceiro sargento técnico temporário a atletas que se vinculassem ao Programa, além de benefícios concernentes às Forças Armadas, como soldos, assistência médica para familiares e uso de instalações militares para a realização da prática esportiva (Silva, 2023).

A Portaria número 71/2019 que promoveu alteração no regulamento da comissão de desportos das Forças Armadas, elenca em seu segundo artigo alguns dos objetivos centrais do PAAR:

Art. 2. O PAAR tem como objetivos:

- I – Representar o Ministério da Defesa e as Forças Armadas brasileiras em competições esportivas nacionais e internacionais;
- II – Projetar positivamente a imagem das Forças Armadas no país e no exterior;
- III – Motivar a prática esportiva e a higidez física pelos militares e transferir conhecimento técnico científico da atividade desportiva para o militar; e
- IV – Contribuir para o desenvolvimento do desporto nacional de rendimento, educacional, de participação e de formação.

(Portaria Normativa n. 71/GM-MD, 2019)

A incorporação dos “atletas-militares” pelo PAAR ocorre por meio de edital publicado por comissões integradas às FFAA (Comissão de Desportos do Exército, Comissão Desportos da Marinha<sup>2</sup> e Comissão de Desportos da Aeronáutica), subordinadas ao Departamento de Desporto Militar (DDM) e a adesão é voluntária. Participações em eventos esportivos, conquistas, premiações alcançadas e histórico disciplinar dos atletas, constituem critérios de seleção e a renovação dos contratos como militares temporários pode se suceder pelo período de até 8 anos. Militares de carreira com histórico esportivo também podem ser incorporados ao Programa e a iniciativa é entendida como estratégia para o fortalecimento do desporto militar praticado por quadros de carreira.

Desse modo, a iniciativa do Ministério da Defesa deu ao Brasil o primeiro lugar nos Jogos Mundiais Militares (JMM) sediados no Rio de Janeiro, em 2011, com a conquista de 114 medalhas. O desempenho esportivo atingido pelos atletas brasileiros foi absolutamente impactante, dado que a soma de todas as conquistas em edições anteriores alcançava apenas 20 medalhas (Guirra, 2014).

Guirra (2014), aponta que a realização dos JMM em 2011 reinseriu o esporte militar na política esportiva nacional e canalizou ações para os eventos que o sucederam. Segundo o autor, tal reinserção deve ser entendida como parte de um planejamento

---

<sup>2</sup> A Marinha do Brasil desenvolve um programa de incentivo ao esporte de alto rendimento próprio com o nome de PROLIM (Programa Olímpico da Marinha). Por questões de data de implementação e algumas especificidades jurídicas, o Programa da Marinha se desenvolve em paralelo ao PAAR nas outras forças.

previamente articulado que obedeceu ao estipulado pela agenda esportiva nacional “em tempos propícios para o posicionamento do país no cenário político-econômico-internacional” (Guirra, 2014, p. 182).

Diante do êxito da política instituída, o PAAR foi continuado nos ciclos esportivos militares e olímpicos subsequentes, de modo que, nas Olimpíadas de Londres, dos 251 atletas da delegação brasileira, 51 possuíam vínculos com as Forças Armadas. Em 2016, no Rio de Janeiro, dos 465 atletas brasileiros, 145 integravam o PAAR. Em Tóquio, no ano de 2021, foram 92 “atletas-militares” dos 302 da delegação e, em Paris (2024), dos 277 atletas que representaram o Brasil nas competições, 98 integravam a iniciativa governamental (Galdeano, 2024).

É importante mencionar que, sob a vigência do PAAR, houve um avanço significativo do desempenho esportivo brasileiro e uma parcela relevante das conquistas olímpicas estiveram ligadas a atletas que faziam parte do Programa. Não se pode atribuir os resultados diretamente ao PAAR, contudo, devemos considerá-lo como uma medida que contribuiu com o desenvolvimento do esporte de alto rendimento.

Um aspecto que deu visibilidade midiática ao PAAR, relaciona-se ao gesto da continência prestado por alguns dos atletas ligados à iniciativa que foram premiados em determinadas competições. Inúmeros artigos de imprensa fizeram menção a elementos de natureza política, simbólica, aos benefícios trazidos pelo Programa e até mesmo críticas a partir da associação entre atletas de alto rendimento com as Forças Armadas (Cavichioli et al., 2023).

Atualmente, o PAAR conta com 547 atletas distribuídos entre as três forças e desde a implementação do Programa, o Brasil sempre ficou entre os três principais países a conquistarem medalhas nos Jogos Mundiais Militares. Sem dúvida alguma, o país tornou-se uma potência mundial no desporto militar e um reflexo da situação brasileira atual é a posição ocupada pelo Coronel Nilton Gomes Rolim Filho como presidente do CISM, tornando-se o primeiro militar do Exército brasileiro a ocupar determinado cargo.

Mais recentemente, a iniciativa foi estendida ao fomento do paradesporto militar com o lançamento do Programa do Paradesporto de Alto Rendimento (PROPAAR), com a diferença de que apenas militares reformados é que podem integrar o Programa, já que, a legislação militar impede a incorporação de pessoas com deficiência como militares temporários.

A partir dos dados apresentados e os resultados obtidos no período de vigência do PAAR, pode-se entender a iniciativa como um êxito, sendo esta, uma das razões para sua



continuidade e expansão, interpretando-a, inclusive, como uma política pública para o esporte de alto rendimento brasileiro e o desporto militar. Contudo, entendemos que a iniciativa esportiva ofusca o impacto do militarismo nas atividades esportivas. Nesse sentido, apontaremos, em seguida, as raízes histórico-institucionais que aproximam os militares de atividades esportivas, aspectos ligados ao funcionamento do Programa, bem como sua representação para as Forças Armadas brasileiras.

## **2.1 Raízes Histórico-Institucionais e Funcionamento do PAAR**

O desporto e a prática esportiva são fenômenos consagrados como ferramentas de formação militar e preparação dos corpos para os teatros de operações. Desde o século XIX, a atividade física integra os currículos militares e, em diferentes momentos, as Forças Armadas brasileiras estimulam a prática esportiva como elemento de fortalecimento do corpo da nação. No advento da república surgiram as primeiras organizações esportivas militares como a Liga Militar de Football (LMF)<sup>3</sup>. Anos depois, a organização passou a se chamar Liga de Sports do Exército (LSE) e acabou estimulando a “diversificação de práticas esportivas por influência da Missão Militar Francesa que, além de uma nova doutrina militar, transmitiu para o exército brasileiro, após a Primeira Guerra Mundial, o ideal da generalização da prática esportiva, preconizada pela Escola de Joinville-Le-Pont” (Histórico..., 2022).

Castro (1997) estabelece relação entre educação física e Defesa Nacional e como a obrigatoriedade da educação física no Brasil esteve atrelada ao projeto de Nação surgido no interior do exército na primeira metade do século XX e à influência da Missão Francesa estabelecida no País após a Primeira Guerra Mundial. “A educação física era vista pelo Exército e por amplos setores do Estado e da sociedade civil como uma atividade militar” (Castro, 1997, p. 3).

O modelo “militar” de educação física implantado no Brasil preocupava-se em disciplinar os corpos dos indivíduos de modo semelhante ao efeito que a disciplina militar exercia sobre a tropa. O objetivo era aproximar o corpo do indivíduo comum ao do soldado e com isso forjar o corpo da Nação. Ao lado do serviço militar obrigatório e da educação

---

<sup>3</sup> A LMF é considerada a organização militar formadora da atual Comissão de Desportos do Exército (CDE) que estrutura o Esporte no Exército brasileiro e organiza o PAAR na instituição.

moral e cívica, ambicionava-se criar o homem brasileiro a partir de uma perspectiva militar (Castro, 1997).

Vale apontar que, apesar do papel que as Forças Armadas exerceram na disseminação da prática esportiva e do desporto nacional, ao longo do século XX, o desporto militar foi perdendo protagonismo com o avanço do esporte de alto rendimento. Segundo Correia (2006), o investimento maciço da comunidade científica em esporte de performance e o desenvolvimento de uma lógica esportiva que prioriza outras entidades gestoras do esporte brasileiro, enfraqueceram o desporto militar e pode ser uma razão a mais para a instituição do PAAR, uma vez que, este inverte a lógica histórica de protagonismo de militares atletas ao incorporar, em sua maioria, civis que já se destacam em suas respectivas modalidades ao quadro de “atletas-militares”.

Por essas razões, atesta-se a ligação histórica e institucional entre a prática esportiva e as Forças Armadas no Brasil. Um dado que dá continuidade e reforça esta perspectiva é a Lei n. 14.597, de 14 de junho de 2023, reconhecida como Lei Geral do Esporte, que integra o Esporte Militar como parte do Sistema Nacional do Esporte com a inclusão do Presidente da Comissão Desportiva Militar do Brasil (CDMB) como conselheiro no Conselho Nacional do Esporte. Ademais, o cargo de presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) é ocupado pelo Coronel do Exército da reserva, Marco Antônio La Porta, formado pela Academia Militar de Agulhas Negras (Rosa Mendes, 2024).

Mangan (2003), ao apresentar os vínculos entre esporte e militarismo na Europa destaca que a guerra serviu ao esporte e o esporte serviu à guerra, de modo que, as atividades militares se tornaram recreação comunitária e vice-versa. No caso brasileiro, ao tecer os vínculos histórico-institucionais entre esporte e Forças Armadas percebemos que os objetivos do PAAR podem ser mais amplos do que uma melhora na representação do desporto militar e podem atender a objetivos de natureza política, como a ocupação de postos na estrutura do Estado que não estejam diretamente relacionados com a Defesa Nacional, obtenção de recursos ou contribuírem com a disseminação de valores militaristas no interior da sociedade.

Quanto ao funcionamento do PAAR, como dito acima, a incorporação de atletas de alto rendimento ao quadro de militares brasileiros foi possível devido a uma parceria interministerial que adequou uma legislação já existente sobre militares temporários e de acordo com a portaria n. 171-DGP, de 08 de julho de 2009, foi instituída a habilitação de técnico em atividade física e desporto de alto rendimento, possibilitando a contratação de atletas com a patente de terceiro sargento técnico temporário.

A vinculação dos atletas às Forças fazia-se necessário, uma vez que, apenas dessa forma poderiam representar o Brasil nos Jogos Mundiais Militares de 2011 (Costa, 2020, p. 70). Ademais, pela legislação, os atletas ficam permitidos a manterem os vínculos com seus respectivos clubes e treinadores, desde que, participem de adaptações à vida militar realizadas anualmente pelo período de duas semanas para que conheçam o ambiente militar e identifiquem-se como militares (Figura 3).

Quanto ao pagamento de atletas e as verbas destinadas ao Programa, deve-se apontar que os recursos são distribuídos pelo Ministério da Defesa às respectivas forças e compõem verbas que já estavam previstas para o pagamento de militares técnicos temporários, de modo que, a princípio, o PAAR não representou um aumento nos efetivos e nas receitas (Costa, 2020, p. 80).

Figura 3 - Atletas do PAAR em processo de reciclagem na EsEFEx



Fonte: CDE

Em última análise, cabe pontuar se, apesar dos resultados obtidos pelo desporto militar brasileiro nos últimos anos, houve uma efetiva melhora nos resultados de militares de carreira que se dedicam ao desporto e de que maneira os atletas civis incorporados às Forças Armadas teriam contribuído ou não para esses resultados. Neste trabalho, apresentamos uma análise de caráter mais descritivo sobre o PAAR e não avançaremos nestas questões mais específicas. Entretanto, apontamos a temática como possibilidade de expansão dos estudos sobre o Programa.

### 3 MILITARISMO NO ESPORTE

O lema empregado pela Comissão de Desportos do Exército (CDE) é “o esporte imita o combate”. A Comissão de Desportos da Aeronáutica (CDA) utiliza “asas do desporto nacional” para se referir ao papel do Programa e, embora não tenhamos apreendido um lema específico para a Comissão de Desportos da Marinha (CDM), em uma apresentação do órgão sobre seu programa olímpico de alto rendimento lemos “a Marinha a serviço do Esporte Nacional”. Esses empregos retóricos nos ajudam a compreender o significado do desporto para as respectivas organizações e a sua ligação com o esporte nacional.

Nosso trabalho é parte de uma corrente mais ampla de estudos que ambicionam detectar influências da militarização e do militarismo na estrutura do Estado e em diferentes partes da sociedade. Atualmente no Brasil, muito se discute a militarização da política, das operações de segurança pública, práticas de inteligência, de instituições de ensino público etc. No que diz respeito ao histórico das relações civis-militares na América Latina, os estudos que se debruçam sobre a temática apresentam preocupações com a qualidade democrática, o controle civil e a naturalização do militarismo em diversos âmbitos.

Por se tratar de conceitos controversos, apresentamos nosso entendimento acerca dos termos “militarização” e “militarismo”. Por “militarização” entendemos a dimensão material do aumento das funções e cargos desempenhados por militares (Forner; Pecequillo, 2024). Segundo Silva (2023), “a militarização pode se manifestar pela perspectiva da ocupação – pela via eleitoral ou não – dos militares na gestão do governo (...) ou pela intervenção de militares na questão social – ou seja, das intervenções, via forças de segurança pública militarizadas, para a resolução de conflitos sociais ou políticos” (Silva, 2023, p. 10).

Por “militarismo”, conceito mais caro ao tema que abordamos nesse artigo, o relacionamos à uma forte preocupação com a preparação e prontidão militar no interesse da sobrevivência e do sucesso comunitário, em face de uma percebida ameaça militar (Butterworth, 2017), na medida que, persevera uma abordagem de mundo em que os problemas globais são definidos principalmente como problemas militares e a primeira resposta da liderança política e segmentos da sociedade é o recurso da força.

Deste modo, o orgulho do lugar é garantido pelos militares e por uma cultura de violência (Martin; Steuter, 2010). De outra forma, “militarismo” diz respeito ao conjunto de ideias e comportamentos que culminam na maior valorização de elementos militares em

sociedade e/ou no aumento à predisposição ao conflito, mediante a normalização da mobilização constante para a guerra” (Forner; Pecequilo, 2024, p. 248)

Deste modo, ao lançar luz sobre a relação entre esportes e Forças Armadas, mobilizamos um aspecto universal da cultura popular (Miller *et al.*, 2001) que por vezes é negligenciado por ser visto como mera distração social ou fenômeno apartado de questões políticas mais profundas. No entanto, em nosso entendimento, o distanciamento do olhar atento ou crítico torna o esporte lugar passível para manifestações de interesse mais amplo, como o próprio militarismo.

Butterworth (2017) destaca o crescimento de demonstrações cívicas e militaristas em eventos esportivos nos Estados Unidos nos últimos anos e alerta para uma tendência em diversas partes do mundo. King (2008), Silk (2012) e Stempel (2006) relacionam o fenômeno ao período imediatamente posterior aos atentados de 11 de setembro, mas é possível apontar movimentos similares em países como Alemanha, Japão, Canadá, África do Sul e até mesmo o Brasil, atrelados a ondas de nacionalismo, ascensão de novas direitas ou discursos de securitização (Butterworth, 2017).

No caso brasileiro, como destacado acima, há uma interpenetração entre instituições militares e atléticas ao longo da história, assim como, ressignificações do militarismo no âmbito do esporte através do PAAR. Além da reinserção do desporto militar na política esportiva brasileira, o Programa abre portas para o aumento da influência militar na estrutura do Estado e tem como objetivo melhorar a imagem das Forças Armadas perante a sociedade, como claramente disposto nos objetivos da iniciativa.

No Livro Branco de Defesa Nacional, atualizado a cada 4 anos no Brasil, desde 2012, além do PAAR são apresentados alguns dos programas militares de incentivo ao esporte, como o Programa Forças no Esporte (PROFESP) e o Projeto João do Pulo (PJP). Tais projetos, adequam-se a alguns dos objetivos nacionais de defesa que visam ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de defesa nacional e incrementar a projeção do Brasil no concerto de nações, como exposto na Política Nacional de Defesa (Brasil, 2020).

Portanto, tratado como objetivo de Defesa Nacional, o esporte é de interesse institucional das Forças Armadas. Além disso, os símbolos exibidos por atletas de alta performance conhecidos nacionalmente contribuem com a disseminação de valores militaristas como hierarquia e disciplina, além de popularizarem práticas, vestimentas e posturas características de grupos castrenses.



Na imagem abaixo (Figura 4), Beatriz Souza, a primeira medalhista de ouro brasileira nas Olimpíadas de Paris (2024), na modalidade judô, vincula sua imagem às Forças Armadas exibindo uniforme da Comissão de Desportos do Exército, prestando a saudação da continência e por meio de um cartaz em que aparece com fardamento militar expondo sua medalha olímpica. A fotografia integra uma solenidade realizada no Museu do Desporto em que a atleta doou seu número de costas olímpico ao Museu do Desporto do Exército, no Rio de Janeiro. Segundo a instituição, “o espaço cultural foi criado com o objetivo de perpetuar os gloriosos feitos do Desporto Militar Brasileiro. Possui um amplo acervo que inspira e incentiva os entusiastas esportistas, além de eternizar os feitos de ilustres militares atletas que ajudaram a escrever a história do esporte no país” (Exército Brasileiro, 2025). Desta maneira, as Forças Armadas afirmam sua importância para a sociedade e sua relevância para a promoção da imagem internacional do país através do esporte. Tomando como exemplo iniciativas de outros países, o vínculo com atletas olímpicos ou de grande projeção contribui para o estabelecimento de vínculos com jovens que possam integrar o efetivo das forças nacionais.

Figura 4 - Beatriz Souza reverencia o Exército Brasileiro durante solenidade



Fonte: CDE

Outro elemento que destaca o intuito de criar vínculos com a sociedade e o potencial comunicativo do Programa interministerial é o uso de redes sociais para promover os feitos dos atletas, divulgar as instalações esportivas geridas pelas Forças Armadas e os eventos

organizados pelas respectivas Comissões Desportivas. Vale destacar que todas as Comissões possuem redes sociais próprias e realizam inúmeras postagens diárias.

Além disso, muitos atletas também se utilizam das redes sociais para publicizar seu vínculo com as Forças Armadas e exibirem símbolos militares (Figura 5). Para o atleta, a ligação com as Forças Armadas contribui com a manutenção de sua carreira esportiva ao acrescentar benefícios econômicos e de infraestrutura, já que, o Programa permite que sejam mantidos os vínculos com clubes e treinadores. Ainda nesse sentido, os atletas mais beneficiados são aqueles que competem em modalidades sem grande repercussão midiática e dependem quase que integralmente de recursos do Estado. Fischer (2017), em artigo sobre soldados atletas alemães, parte de uma iniciativa que inspirou o PAAR, aponta que a dependência de recursos do Estado por parte de determinadas modalidades revela a hipocrisia de um esporte supostamente apolítico e dificulta a percepção de iniciativas mais complexas de militarização da sociedade. No caso alemão, iniciativas militaristas vinculadas ao esporte procuram alterar a imagem de suas Forças Armadas e o rechaço que a sociedade germânica tem de intervenções armadas fora de seu território (Fischer, 2017). Do lado brasileiro, a promoção da imagem das Forças Armadas através do esporte contribui por minimizar indícios de suspeição que a sociedade eventualmente possa nutrir sobre militares desde o fim da ditadura militar (Melo; Drumond, 2017).

Figura 5 - Nathália Araújo exibe tatuagem do Exército Brasileiro.



Fonte: página pessoal/Instagram

Portanto, a simbiose entre Forças Armadas e atletas por meio do PAAR cria uma dinâmica benéfica para ambos os lados ao oferecer visibilidade midiática e colocar em

evidência iniciativas das Forças Armadas e, ao mesmo tempo, contribuir com a manutenção das carreiras esportivas de atletas de alto rendimento.

Em relação à sociedade, projeta-se a imagem de Forças Armadas promotoras do esporte nacional, vinculando-as a personagens carismáticas de trajetórias bem-sucedidas, além de reforçarem o vínculo histórico entre a carreira militar e a do atleta, ambos, resilientes, disciplinados, ordenados e representantes do espírito de corpo da nação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso artigo procurou apresentar o Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) como canal por onde são promovidos valores militaristas através do esporte no interior da sociedade. Como dito acima, o esporte aqui é considerado como aspecto universal da cultura popular, muitas vezes negligenciado por observações acadêmicas e, em grande medida, suscetível a iniciativas nacionalistas, patrióticas ou militaristas.

Criado no contexto da “era dos megaeventos esportivos” (2007-2016), período em que se buscava a projeção do Estado brasileiro também por meio da realização de grandes espetáculos esportivos, o Programa, inicialmente, visava contribuir com a melhora do desempenho do desporto militar brasileiro nos Jogos Mundiais Militares que seriam realizados no Rio de Janeiro. Dado o sucesso da iniciativa na competição, o Programa foi continuado e expandido nos ciclos olímpicos subsequentes, tornando-se uma política pública de incentivo ao esporte de alto rendimento no país.

Por meio da adequação de uma legislação já existente voltada para a incorporação de militares técnicos temporários ao quadro das Forças Armadas, passou-se a vincular atletas com histórico de conquistas e realizações no esporte de alto rendimento como sargentos técnicos temporários pelo prazo de até 8 anos nas distintas Armas (a depender da modalidade). Os atletas, por sua vez, passaram a desfrutar de benefícios ligados à carreira militar em troca da representação das forças e do Ministério da Defesa em competições esportivas militares e civis.

Para as Forças Armadas, a iniciativa fortalece o desporto militar, em crise, diante da profissionalização cada vez mais acentuada do esporte de alto rendimento, promove-se a imagem de forças que contribuem com o esporte nacional e abrem-se espaços na estrutura

do Estado para militares de carreira. Para o atleta, trata-se de mais uma contribuição para a manutenção de sua carreira, principalmente para aqueles que competem em modalidades com pouco apelo midiático.

No que diz respeito à nossa discussão sobre a disseminação de valores militaristas por meio do esporte, tornam-se rotineiras simbologias militares, na medida que, figuras públicas aparecem fardadas, prestam continência durante premiações esportivas, usam tatuagens temporárias com símbolos das forças em jogos transmitidos pelo país ou oferecem entrevistas com discursos militaristas que aproximam a realidade do atleta à do militar de carreira.

O presente artigo é parte um projeto mais amplo que investiga a influência do militarismo no esporte brasileiro, tendo como ponto de partida o papel que o PAAR exerce neste processo. Em estudos futuros pretende-se abordar aspectos mais técnicos relacionados à iniciativa interministerial, como o processo de idealização, valores investidos, impactos sobre o desporto militar e outras utilizações do Programa pelas forças. Dada a falta de estudos no âmbito das Relações Internacionais e na área de Estudos de Estudos Críticos de Segurança sobre o PAAR, sugerimos estudos etnográficas com atletas que compõem o Programa e a importância da iniciativa para suas carreiras.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Esporte. **Política Nacional do Esporte**. 2005.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa n. 171-DGP**. Brasília, DF. Departamento Geral Pessoal/Exército Brasileiro, 08 de julho de 2009.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa n. 71/GM-MD**. Brasília, DF. Gabinete do Ministro/Ministério da Defesa, 14 de agosto de 2019. Assunto: Serviço Militar Temporário. PAAR.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 2020.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. 2020.
- BRASIL. **Lei Geral do Esporte**, Lei n. 14.597, Brasília, DF. 14 de junho de 2023.
- BUTTERWORTH, M. L. **Sport and Militarism: Contemporary Global Perspectives**. New York: Routledge Research in Sport, Culture and Society, 2017.
- CASTRO, C. In Corpore Sano - os militares e a introdução da educação física no Brasil. **Antropolítica**. Niterói, Rio de Janeiro, n. 2, p. 61-78, 1 sem., 1997.
- CAVICHIOILLI, F. R. et al. A Repercussão midiática sobre atletas militares: o caso brasileiro. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, [s.l.], v. 31, n.1, p. 1-15, 2023.
- CESARINI, B. Alison dos Santos é o 1o brasileiro a prestar continência no pódio do Japão. **UOL**. São Paulo, 03 ago. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/olimpiadas/ultimas-noticias/2021/08/03/alison-dos-santos-e-o-primeiro-atleta-brasileiro-a-prestar-continencia.htm> . Acesso em: 20 ago. 2024.
- COMISSÃO DE DESPORTOS DO EXÉRCITO. **Histórico**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.cde.eb.mil.br/sobre-a-cde/historico?csrt=1641825701671123863> . Acesso em 01 set. 2025.



CORREIA, R. **Comissão Desportiva Militar do Brasil**. In: DA COSTA, L. (Org.). Atlas do Esporte no Brasil. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006. p. 142-144.

COSTA, C. **Exército e o PAAR: processos de militarização no esporte nacional**. Orientador: Prof. Dr. Fernando Renato Cavichioli. 2020. 139 fls. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – UFPR, Curitiba, 2020.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Judoca e sargento do Exército, Beatriz Souza eterniza conquista de Paris em museu militar. **Integração com a sociedade**. Rio de Janeiro, 05 set. 2025. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/noticias/w/judoca-e-sargento-do-exercito-beatriz-souza-eterniza-conquista-de-paris-em-museu-militar>. Acesso em 10 set. 2025.

FISCHER, M. “**Aktiv, Attraktiv, Anders**”? The Bundeswehr’s deployment of sports soldiers. In: BUTTERWORTH, Michael L. (org.). Sport and militarism: contemporary global perspectives. London: Routledge, 2017. p. 64–79.

FORNER, C.; SOREANU PECEQUILO, C. God bless our men in uniform: militarização e militarismo nos Estados Unidos da América. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 10, n. 2, 6 mar. 2024.

GALDEANO, L. Atletas militares são um terço da delegação brasileira nas Olimpíadas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 ago. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2024/08/atletas-militares-sao-um-terco-da-delegacao-brasileira-nas-olimpiadas.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2024.

GUIRRA, J. F. S. **Os V Jogos Mundiais Militares no Brasil e a reinserção do esporte militar na política esportiva nacional**. Orientador: Prof. Dr. Lino Castellani Filho. 2014. 231 fls. Tese (Doutorado em Educação Física) – UNICAMP, Campinas, 2014.

INTERNATIONAL MILITARY SPORTS COUNCIL. **CISM History**. Bruxelas, s. d. Disponível em: <https://www.milsport.one/cism/what-is-cism>. Acesso: 03 out. 2025.

KING S. Offensive Lines: Sports-State Sinergy in an Era of Perpetual War. **Cultural Studies. Critical Methodologies**, n. 8, p. 527-539, 2008.

LAWRENCE, G., MCKAY, J., MILLER, T. ROWE, D. **Globalization and Sport: Playing the World**. Sage: London, 2001.

LIPPERT, M. A. M. **Programa do atleta de alto rendimento do Exército Brasileiro: um estudo da continuidade e impacto atual**. Orientador: José Maurício Capinussú de Souza. 69 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências da Atividade Física) - Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2013.

MANGAN, J. A. **Prologue: Combative Sports and Combative Societies**. In: MANGAN, J. A. (org.). *Militarism, sport and Europe: war without weapons*. London: Frank Cass, 2003.

MARQUES, J. M. Por que alguns medalhistas brasileiros prestam continência no pódio. **Superesportes**, Minas Gerais, 04 ago. 2021. Disponível em: <https://www.mg.superesportes.com.br/app/noticias/mais-esportes/1,13,1,2841/2021/08/04/toquio,3929719/por-que-alguns-medalhistas-brasileiros-prestam-continencia-no-podio.shtml> . Acesso em: 20 ago. 2024.

MARTIN, G; STEUTER E. **Pop Culture Goes to War: Enlisting and Resisting Militarism in the War on Terror**. Lanham: Lexington, 2010.

MELO, V. A.; DRUMOND, M. **The military in Brazilian sport: A long and controversial presence**. In: BUTTERWORTH, Michael L. (org.). *Sport and militarism: contemporary global perspectives*. London: Routledge, 2017. p. 178–190.

MILLER, T., LAWRENCE, G. A., MCKAY, J., ROWE, D. **Globalization and Sport: Playing the World**, Sage, 2001.

OLIVER, I. Megaeventos esportivos e relações internacionais como estratégia de atração turística. **Observatório de Inovação do Turismo**, Rio de Janeiro, V. 8, n.1, abr. 2012.

ROSA MENDES, F. Quem é e o que pretende Marco Antônio La Porta, novo presidente do COB. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 out. 2024. Disponível em: [https://www.estadao.com.br/esportes/quem-e-e-o-que-pretende-marco-antonio-la-porta-novo-presidente-do-cob/?srsltid=AfmBOoqFkAqgQxOgXA54Cc1c3lpkBgiWE\\_nwyque6m\\_7TzOMDnsJRvDv](https://www.estadao.com.br/esportes/quem-e-e-o-que-pretende-marco-antonio-la-porta-novo-presidente-do-cob/?srsltid=AfmBOoqFkAqgQxOgXA54Cc1c3lpkBgiWE_nwyque6m_7TzOMDnsJRvDv). Acesso em: 03 out. 2025.

RUBIO, K. Origens e evolução da psicologia do esporte no Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. VII, n. 373, 2002.

SILK, M. **The Cultural Politics of Post-9/11 American Sports: Power, Pedagogy, and the Popular**. New York: Routledge, 2012.

SILVA, J. A. V. **A militarização da política no Brasil contemporâneo**. Orientadora: Luciana Boiteux. 2020. 153 f. Dissertação (mestrado em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Rio de Janeiro, 2020.

SILVA, T. C. **Programa Atleta de Alto Rendimento das Forças Armadas: análise dos aspectos positivos e oportunidades de melhorias desta ferramenta na comunicação estratégica para o Exército**. Orientador: Ten. Cor. João Antonio Pregolato Filho. 2023. 42 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2023.

SZMIGIEL, A. **Alison no pódio dos 400m com barreiras, nos Jogos Olímpicos de Tóquio**. 03 ago. 2021. Fotografia. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/olimpiadas/ultimas-noticias/2021/08/03/alison-dos-santos-e-o-primeiro-atleta-brasileiro-a-prestar-continencia.htm/1000/>. Acesso em: 03 out. 2025.

STEMPEL, C. Televised, sports, masculinist moral capital, and support for the US invasion of Iraq. **Journal of Sport & Social Issues**, n. 30, p. 79-106, 2006.

TUVUCA, M. Prestar continência no pódio, como Ana Marcela, é comum entre atletas militares. **CNN**, São Paulo, 04 ago. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/outros-esportes/prestar-continencia-no-podio-e-ato-comum-de-atletas-brasileiros-desde-2015/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

VAREJÃO, F. B. **Esporte e Relações Internacionais: um balanço bibliográfico e teórico**. In: SUPPO, H. R.; LESSA, M. L. (org.). A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011. p. 295–312.

VASCONCELLOS, D. W. **Esporte, Poder e Relações Internacionais**. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 267 p., 2011.

VIEIRA DE MELLO, A. P. Regulamento de continências, sinais de respeito e honras militares. **CÂMARA DOS DEPUTADOS**. Rio de Janeiro, 10 set. 1919. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13753-10-setembro-1919-525050-regulamento-pe.pdf>. Acesso em: 26 set. 2025.



# NOTAS

## HISTÓRICO

Recebido em: 23/10/2025

Aprovado em: 25/02/2026

Publicado em: 18/03/2026

## CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: J., Oliveira;

Coleta de dados: J., Oliveira;

Análise de dados: J., Oliveira;

Discussão dos resultados: J., Oliveira;

Revisão e aprovação: J., Oliveira;

## FINANCIAMENTO

Não se aplica.

## CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

## APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

## CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflitos de interesse: financeiros, pessoais, entre possíveis revisores e editores, possíveis vieses temáticos.

## LICENÇA DE USO

Os autores cedem à Em Tese os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional (CC BY). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

## PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.